

Teófilo Braga, camonista

Carlos Cunha

(carmel@ilch.uminho.pt)

Universidade do Minho

A perspectiva de Teófilo Braga sobre a literatura é mais étnica e sociológica do que estética. Nos seus estudos sobre Camões declara que o critério literário é insuficiente para avaliar o poeta e enfatiza a importância da influência social das obras literárias, que denomina “simpatia social”: “A obra de Camões adquire de época em época mais valor, porque a *sympathia* social que o poeta provocou com ella, ainda não se extinguiu” (1891: 265).

Teófilo consagrou uma parte significativa da sua obra ao estudo da vida e obra de Camões, para além das longas sínteses que lhe dedicou na sua *História da Literatura Portuguesa* (cf. 1914). A sua leitura de Camões foi marcadamente biografista, o que se acentuou após a sua adesão ao *positivismo*, em 1872. Se a articulação da biografia camoniana com a história de Portugal tinha sido estabelecida pelos românticos, ela tornou-se dominadora com Teófilo Braga, mediante a sua concepção étnica da nação: “E o poeta, que no seu temperamento e caracter individual encarnou a feição typica da raça lusitana, fortificou o ideal da Patria pela Tradição e deu o maximo relêvo artistico, fazendo vibrar o *ethos* da nacionalidade.” (1907: 5).

A biografia funciona mesmo para Teófilo como um processo de psicologia científica, como uma aplicação da ciência positiva à vida humana. Assim, por exemplo, o facto de Camões ter dado continuidade à tradição lírica galaico-portuguesa é explicado por ter tido antepassados galegos (o avô paterno). Mesmo quando duvida desta ascendência, a explicação mantém-se (1881: 191). Por outro lado, a genealogia materna, com ascendência dos Gamas, explicaria o seu génio épico. Este determinismo hereditário é que teria impedido Camões de ter sido afectado pela erudição clássica, pela decadência do seu tempo, e pela nevrose hereditária da sua ascendência, apoiando-se Teófilo, para o afirmar, na *Pathologia do Espirito*, de Maudsley, que concluía que o temperamento resulta sobretudo da hereditariedade, apesar das influências da educação e do meio (1914: 490).

Por outro lado, a idealização artística era uma forma de o espírito vencer o determinismo negativo do meio. O poeta, num ambiente depressivo como o da Índia teria assim caído no abismo “se o não fortificasse uma aspiração ideal - o Pensamento novo que o alenta e a que procura dar fôrma artistica”, encontrando refúgio na “idealização poetica”, que funcionou como um “escudo moral” (1907: 417). Deste modo, Teófilo subtrai a genialidade do estro camoniano à fatalidade da natureza.

Mas Teófilo vai mais longe ao interligar as fases de composição d' *Os Lusíadas* com a biografia camoniana: “Para em tudo ser verdadeiro, o poema liga-se na sua estrutura intima ás fases da vida do poeta” (1891: 65). Desse modo, *Os Lusíadas* tanto equivalem à biografia do poeta como à biografia da nação, entrelaçadas na “realidade” e no texto. Os dois momentos de formação d' *Os Lusíadas* equivalem às duas fases históricas das descobertas em que Camões esteve presente: a fase histórica (elabora os quadros ou

episódios das tragédias nacionais) e a fase marítima (celebra os Descobrimentos): "Camões trabalhou estes dois elementos *historico* e *maritimo* em duas épocas diferentes da sua vida" (1911: 529).

Desta elaboração faseada teriam resultado os problemas de estruturação da epopeia, pelo facto "de terem sido primeiro elaborados [os episódios] como Poemetos independentes ou pequenos quadros historicos, antes de ter chegado á comprehensão clara e verdadeira da unica e grande acção epica, inteiramente nacional, os Descobrimentos." (*id.*: 527-8). Teófilo conclui assim que *Os Lusíadas* se compuseram de modo análogo aos poemas homéricos, afirmando que Camões constitui "o poema por um agrupamento cyclico" (*id.*: 605).

A vida de Camões estaria assim de tal modo ligada à pátria que o poeta, não resistindo à perda da independência, morreu com ela. Apesar de ser uma *glosa* do *Camões* de Garrett, este "romance positivista" aparece marcado por um *fatalismo* determinista: "Mesmo o poeta na sua morte é luz philosophica que nos orienta: no momento em que não pôde mais tocar a patria livre, expirou com ella, como em um só paroxismo." (1907: 7-8; cf. 803-813); "Camões presentiu que morria com a patria." (*id.*: 822).

A analogia e os paralelismos biográficos que Teófilo estabelece baseiam-se na leitura biográfica da obra camoniana, pelo que enfermam de uma argumentação circular: "O estudo da obra de Camões, para ser bem comprehendida, impõe o conhecimento da sua vida"; mas, ao mesmo tempo, reconhece que "poucos factos chegaram a nós os vindouros, sendo necessario muitas vezes pelas referencias autobiographicas nas suas obras reconstituir o quadro da sua vida." (1907: 344). Por isso, interpreta a Canção IX, à luz da astrologia, para tentar determinar a data de nascimento de Camões, e socorre-se da Elegia III para precisar o local onde nasceu. Teófilo dá como paradigmas da autobiografia camoniana a Canção XI e o soneto "Erros meus, má fortuna..." (cf. 1907: 197-8), mas dá igual relevo a toda a obra lírica, centrando-se na ideia do seu carácter autobiográfico e no episódio central da sua paixão não correspondida por D. Catarina de Ataíde: "A belleza plena do nosso poeta é inseparavel do seu sentido autobiographico; o seu encanto augmentaria dando-lhes uma ordem historica." (1911: 82; cf. 1914: 491).

É assim redundante dar exemplos do biografismo teofiliano, dado que aplica sem restrição o pressuposto de que as obras literárias são confissões autobiográficas. Curioso, no entanto, é o espírito inventivo que revela na interpretação de "Erros meus, má fortuna..." (1914: 427-30) e "O dia em que nasci moura e pereça" (1907: 817-9).

Como sublinha Fidelino de Figueiredo, Teófilo esquece "o estudo crítico e literário d' *Os Lusíadas* e da obra lírica de Camões, fica-se na bio-bibliografia" (1916: 152-5). Critica, deste modo, o esquecimento total da obra a que o método positivista conduzia (*id.*: 149). É verdade que muitas das páginas da sua obra sobre Camões (v.g. 1907 e 1911) são compostas por considerações sobre a bibliografia camoniana, extensamente comentada. Poderíamos acrescentar, como sublinharam Adolfo Coelho e Carolina de Michaëlis, que à sua erudição faltava o rigor crítico da filologia (uma das suas lacunas mais graves). No entanto, em *Camões. A Obra Lyrica e Épica* (1911: 130-240), à semelhança do que já esboçara em *Camões e o Sentimento Nacional* (1891: 118-95), Teófilo mostra-se, via Carolina de Michaëlis (cujos estudos refere), consciente da complexa questão do cânone lírico camoniano e também destaca a importância de se efectuar

uma edição crítica d' *Os Lusíadas*, devido às deturpações que a obra sofreu, em função da censura e da falta de perícia dos impressores (1891: 91-107; 1911: 693-4).

No entanto, é em relação á épica que Fidelino de Figueiredo salienta o alto nível filosófico a que Teófilo, em conjunto com Oliveira Martins, alçou o estudo d' *Os Lusíadas* (1987: 469). Com efeito, é em relação à épica e à sua interpretação histórica que Teófilo, á luz da sua ideologia republicana e do culto “positivista” da personalidade dos “grandes homens”, politiza a obra camoniana e transforma Camões no símbolo por excelência da identidade nacional. Deste modo, é consagrado como "herói" nacional na celebração do Tricentenário da sua morte, em 1880, promovida sobretudo por Teófilo Braga, que o considerava a figura mais representativa do génio nacional, a síntese do carácter português.

A actividade de Teófilo Braga enquanto “arquitecto” do Tricentenário da morte de Camões merece um destaque especial, uma vez que foi o principal promotor destas comemorações. A sua motivação política foi explícita, e traduziu-se numa clara republicanização de Camões, tanto através das celebrações propriamente ditas como através das obras sobre o poeta que motivou, incluindo as do próprio Teófilo. Ao destacar a dimensão gloriosa do passado de Portugal, que Camões consagrou n' *Os Lusíadas*, a comemoração do Tricentenário visava contrapor essa grandeza épica do passado com a decadência do presente, reforçando a ideia da decadência de Portugal veiculada pela Geração de 70 e por Herculano e a culpabilização dos poderes instituídos por tal situação (em particular a dinastia brigantina e a Igreja católica), que foi vivida pela população nos momentos críticos do *Ultimatum* e nas disputas dos territórios africanos pelas potências europeias. Nesta lógica, a regeneração só poderia advir da instauração da República, e o Tricentenário era o primeiro passo desse processo.

Ao elaborar a *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Teófilo Braga considera o 10 de Junho de 1880 "o começo de uma era nova" da "democracia portuguesa" (cf. 1891: 275-8) e em *As Modernas Ideias* mantinha a convicção de que o Centenário de Camões era o ponto de partida de uma época de revivescência nacional, apesar de nesse espaço de doze anos se ter assistido ao aumento da ruína económica, à desorientação dos partidos e à promulgação de leis repressivas. Para Teófilo, os efeitos do Tricentenário não podiam ser imediatos nem gerar uma transformação social rápida e miraculosa, mas eles far-se-iam necessariamente sentir em épocas posteriores, na medida em que a vida das sociedades e a forma política não eram solidárias. Segundo Teófilo, Portugal ainda passaria por situações mais angustiosas: "não é isso decadencia, mas o doloroso trabalho de regenerescencia." (1892, II: 436). Após a instauração da República, Teófilo colocava triunfantemente o Tricentenário na sua génese (1911: 741).

Os textos escritos por Teófilo aquando do Tricentenário, reunidos no significativo *Camões e o Sentimento Nacional* (1891), apresentam Camões como patrono cívico da ressurreição da pátria, mas também como uma espécie de santo padroeiro do culto da Humanidade. Em termos nacionais, Teófilo considera *Os Lusíadas* um bastião da liberdade e da soberania nacionais, desde a Restauração à Revolução liberal, e em particular com a ideia republicana. Camões passa assim a ser valorizado porque "teve o poder de provocar a sympathia social." (1891: VI). Foi sobretudo nas épocas de crise, conclui Teófilo, que "a sympathia social pela obra de Camões augmentou de intensidade, chegando ao ponto de

identificar-se com o sentimento nacional." (*id.*: 266); "E o momento sublime e claramente compreendido d' essa identificação, foi a festa triumphal do terceiro Centenario de Camões." (1914: 545). *Os Lusíadas* transformam-se assim em garantes da soberania nacional, na *Biblia Lusitana*, e Camões no símbolo da identidade nacional.

Teófilo foi assim um dos grandes intervenientes neste "Momento alto da história dos estudos camonianos (...) que motivaram edições das suas obras, trabalhos críticos e bibliográficos como os de Teófilo Braga, Oliveira Martins, Brito Aranha, Conde de Ficalho, Tito de Noronha, etc., trabalhos de orientação e valor diversos, mas todos motivados pelo empenhamento posto no estudo do poeta e da sua obra." (Pires, 1995: 911). Com efeito, é na interpretação da epopeia que Teófilo Braga se mostra inovador e apresenta dados relevantes para a futura interpretação da épica camoniana, na medida em que procura conciliar as concepções colectiva e individual da epopeia, já presentes no que designa a "moderna teoria da epopeia", na medida em que considera que teriam coexistido o elemento tradicional e a elaboração individual. Esta moderna teoria derivava, segundo Teófilo, do estudo entretanto feito das epopeias de diversas civilizações, nomeadamente das canções de gesta francesas, conduzindo à distinção entre epopeias orgânicas (primitivas, anónimas, de elaboração lendária) e epopeias individuais (históricas), de elaboração literária, tendo ambas em comum o facto de representarem de modo sublime o sentimento nacional. Esta distinção é feita para salvaguardar a natureza colectiva e popular das epopeias literárias e para contrapor uma teoria romântica da epopeia à concepção clássica (1914: 535; cf. 1885: 276). Assim, a concepção colectiva da epopeia mantém-se, transformando-se o poeta individual num "intérprete" da nação, num porta-voz da civilização do seu povo. Após ter deduzido, em termos comparativos, as fases e as "leis" da elaboração épica oriental e ocidental, "segundo a psychologia das raças e sua evolução social", Teófilo Braga afirma que "essas leis continuam-se nas Epopêas litterarias, embora individuaes". Nestas, "quando o elemento *tradicional* reflecte sobre o grande facto *historico*, na synthese que representa o impulso de uma Civilização, é então que a individualidade do poeta se torna a voz de um povo." (1911: 307-8). Ao mesmo tempo, o poeta épico continua a funcionar como um "rapsodo" das tradições nacionais. Sem negar o modelo formal clássico das epopeias modernas, tenta preservar a transposição para as epopeias individuais do modelo homérico. Os "episódios" passam assim a corresponder aos poemas cíclicos e o poeta épico individual ao rapsodo que as recolheu (cf. 1914: 19, 32). Teófilo transforma assim o poeta épico num rapsodo que, "sob o influxo da Renascença, soube aliar o entusiasmo pelas obras-primas da civilização greco-romana com o sentimento nacional" (1984 [1909]: 126), "pela intuição genial de todos os elementos tradicionais e lendários da história portuguesa" (*id.*: 121).

Deste modo, a interpretação d' *Os Lusíadas* passou a efectuar-se em termos nacionalistas, a partir da história de Portugal. A partir da década de 70 do século XIX esta leitura ganhou, no entanto, novos contornos. Teófilo Braga, Oliveira Martins e Antero de Quental convergem na ideia de que a epopeia camoniana celebra a época dos Descobrimentos, que consagram de modo definitivo como a Idade de Ouro da história portuguesa (para que contribuíram muito o *Ultimatum* e a "questão colonial" da época), relegando-se a Idade Média dos românticos para um plano mais discreto. Se os românticos valorizavam *Os*

Lusíadas como repositório das tradições populares medievais, Antero e Oliveira Martins deslocaram o eixo temporal da interpretação para a Renascença e para a modernidade. Esse deslocamento é também observável no próprio percurso de Teófilo Braga, que articula a epopeia camoniana com a genealogia histórico-política da República, destacando a participação do espírito popular nos Descobrimentos. Em 1872, ao aderir ao positivismo e ao conceito de "latinidade" ou de "civilização ocidental" de A. Comte, passou a valorizar a Renascença e Camões enquanto poeta da Renascença e da "civilização ocidental": "os Descobrimentos dos portugueses alargavam os horizontes da realidade e da Humanidade." (1914: 309-10).

A própria coexistência dos dois tipos de maravilhoso n' *Os Lusíadas* passa a ser lida à luz de sincretismo típico da transição para a Renascença, em que se conjuga o mundo antigo e o medieval, a dimensão tradicional (medieval e popular) e a dimensão clássica, o nacional e o universal. *Os Lusíadas*, para além de expressão da nacionalidade, passam a ser a "verdadeira Epopêia do mundo moderno." (1911: 245), que Portugal iniciou, ao abrir caminho à actividade industrial e de "luta pacífica" (1891: 309): "é o poeta da Europa moderna, da Europa cosmopolita, pacífica e científica que começa no séc. XVI." (1884: 18).

Bibliografia

Teófilo Braga, *História de Camões*, Porto, 1873; *Bibliographia Camoniana*, Lisboa, 1880; *Os centenários como synthese affectiva nas sociedades modernas*, Porto, 1884; *Camões e o Sentimento Nacional*, Porto, 1891; *As Modernas Ideias na Literatura Portuguesa*, 2 vl.s, Porto, 1892; *Camões. Época e Vida*, Porto, 1907; *Camões, A Obra Lyrica e Épica*, Porto, 1911; *Recapitulação da História da Literatura Portuguesa – II Renascença*, Porto, 1914; Fidelino de Figueiredo, *Historia da Critica Litteraria em Portugal da Renascença á Actualidade*, 2ª ed. rev., Lisboa, 1916; *A Épica Portuguesa no Século XV*, 7ª ed., Lisboa, 1987; Maria Lucília G. Pires, "Camonologia", *Biblos*, vl. 1, Lisboa-São Paulo, 1995, pp. 911-2.